

Principal Responsável no Censo Brasileiro, uma Questão de Família e de Gênero

Rogério Lessa Horta¹

Marlene Neves Strey²

RESUMO

O instrumento censitário brasileiro substituiu, no Censo de 2000, o termo *chefe de família* por *principal responsável* nos domicílios. Este artigo apresenta resultado de estudo qualitativo com o objetivo de verificar o modo como mulheres e homens compreendiam essas duas expressões. Foram entrevistados 62 sujeitos (49 mulheres e 13 homens), num processo de amostragem em bola de neve. Foi também perguntado aos sujeitos entrevistados, que pessoa de sua casa indicariam para assumir o papel familiar descrito em cada um dos termos. As entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo, resultando quatro categorias, para os dois termos, porém com ordenamento distinto quanto à ocorrência de cada uma. Chefe de família foi associado a finanças, decisão, cuidados e esteio para a família, enquanto que para principal responsável, a ordem foi cuidados, esteio, finanças e decisão. Foram indicadas mulheres e homens para ocupar quaisquer destes papéis e foi, também, sugerido que a responsabilidade fosse compartilhada por mais de uma pessoa no domicílio.

PALAVRAS-CHAVE

Censo, Família, Gênero, Responsabilidade

ABSTRACT

Brazilian Census of 2000 replaced the expression *chefe de família* by *principal responsável*. This paper presents data from a qualitative study designed to verify how women and men understood both expressions in their homes. A total of 62 persons (49 women and 13 men) were interviewed in a process of sampling in snow ball. They were also asked to indicate a person of their houses that could be in charge of the family role as described by each expression. The interviews were submitted to the content analysis, resulting in four categories for both definitions, however they occurred in distinct orders for each expression (*chefe de família* was associated with finances, decision taking, cares and central position in the family group, while for *principal responsável* the order was cares, central position, finances and decision taking). Women and men had been indicated to occupy any of these papers. It was also suggested that the responsibility could be shared for more than one person in each house.

KEY-WORDS

Census, Family, Gender, Responsibility

¹ Psiquiatra, Terapeuta de Famílias, Doutorando em Psicologia pela PUCRS, Docente nos Cursos de Graduação em Psicologia e Especialização em Terapia de Família da Unisinos/ RS e do Programa de Formação em Terapia Sistêmica da Prontamente Clínica da Família (Porto Alegre)

² Psicóloga, PhD em Psicologia, Docente nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Coordenadora do Grupo de Estudos em Gênero do PPGP/PUCRS

Introdução

Buscar informações a respeito das pessoas que habitem determinada área geográfica, ou que possam ser identificadas sob o signo de uma nação ou de uma cultura, é parte do processo histórico que tem caracterizado a humanidade nos últimos 10 a 15 mil anos. Contar, relatar e registrar são ferramentas da própria historicidade humana. Censos, história e civilização, deste modo, se vinculam. Contando histórias, também através dos censos, expectativas e papéis de gênero e de família vão sendo preservados e reformulados.

Há relatos de procedimentos censitários desde as mais antigas civilizações (Callegari-Jacques, 2003). Segundo Aquino, Menezes e Amoedo (1992), a partir do ano de 1967 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE passa a realizar, além dos censos decenais, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), que se torna anual a partir de 1970. Esta pesquisa complementa e atualiza as informações obtidas nos censos, caracterizando-se como uma das principais fontes de informações demográficas, de âmbito nacional, com periodicidade regular. Apesar disso, os dados oficiais do Brasil nem são sempre claros e nem sempre facilitam o estudo das famílias em nosso país, como em relação ao mapeamento dos perfis de configuração familiar, por exemplo (Fères-Carneiro, 1999; Grzybowski, 2002; Grzybowski, 2003).

As publicações especializadas falam em novas configurações familiares, sejam arranjos que sucedem divórcios ou outras opções das pessoas envolvidas, como nas uniões entre pessoas do mesmo sexo ou famílias monoparentais (Carter & McGoldrick, 1995; Brun, 1999; Bucher, 1999; Fères-Carneiro, 1999; Horta, 2000; Andolfi et al, 2002; Araújo, 2002; Wagner, 2002; Grzybowski, 2002; Grzybowski, 2003). Os dados oficiais, porém, não captam plenamente tais possibilidades. A absorção das configurações identificadas em estudos empíricos nem sempre é acompanhada pelo reconhecimento destes modelos em estatísticas oficiais.

O IBGE responde às transformações sociais e desenvolve novas formas de colher informação sobre a estruturação de grupos familiares e já substituiu no Censo do Brasil o termo *chefe de família* por *principal responsável*. O Instituto informa que fez essa alteração à medida que o termo *chefe* caiu em desuso a partir da extinção, em 1988, da previsão constitucional para que cada família tivesse um homem identificado nesta função (IBGE, 2002). A Constituição Federal de 1988, atualmente em vigor, não determina que se identifiquem nem homens, nem mulheres como chefes de família ou de domicílio.

No Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (2001), o termo *chefe* indica alguém destacado pela competência, autoridade ou poder de decisão, alguém investido de poder, em um lugar de mando ou que ocupa a mais alta posição hierárquica no grupo. *Responsável*, no mesmo dicionário, indica alguém com condições morais, que responde por si e por outras pessoas, que tem culpa ou que foi causador de algo, é quem deve prestar contas. O dicionário parece aproximar os termos, mas não os iguala.

A mudança instrumental do censo brasileiro pode estar desencadeando uma efetiva contribuição para a busca da igualdade de gêneros, deixando-se absorver por uma opção inovadora em relação à perspectiva tradicional.

Por certo o IBGE não faria alterações metodológicas sem alguns cuidados em termos de validade e aplicabilidade do novo instrumento. O instrumento e seu emprego geram dados, números que se constituem em informação, tanto para a ciência, quanto para o senso comum. Procuramos estudar o significado que emerge dos dados como eles são pesquisados e as representações sociais de papéis familiares e de papéis de gênero que estes mesmos números

ajudam a criar, reforçar ou difundir (Barboza et al, 2003; Kohn et al., 2003; Prietsch et al., 2003).

O principal objetivo deste artigo é fomentar o debate em torno deste tema, propondo também reflexões que indiquem possibilidades de avanço ainda maior.

O estudo deteve-se em examinar, no senso comum, a representação dos termos *chefe* e *principal responsável*.

Procedimentos

Foram entrevistadas 62 pessoas (49 mulheres e 13 homens), com amostragem de conveniência, em estratégia de bola de neve, a partir de sujeitos que estudavam ou trabalhavam no campus de uma universidade privada do município de Porto Alegre. As pessoas informaram que coabitavam com parceiro ou parceira, além de outros membros do grupo familiar, tendo uma união formal ou informal. Eram, portanto, sujeitos potencialmente envolvidos na tarefa de responsabilidade por uma família. Foram entrevistadas pessoas de níveis de renda familiar e ocupação.

Foi proposto que cada sujeito falasse livremente sobre os conceitos: *chefe de família* e *principal responsável pela família*. Mais adiante, na entrevista, era sugerido que indicassem quem, nas suas famílias, deveria exercer cada um dos papéis, como os descreviam.

Para a análise foram seguidos os quatro passos de Giorgi (apud Horta, 1998, p.71-73): leitura ingênua, desdobramento em unidades de significado, transformação das unidades em linguagem psicológica e síntese das unidades de significado.

Resultados

As unidades de significado emergentes no discurso dos sujeitos foram agrupadas em quatro categorias, definidas a partir da análise: *finanças*, *decisões*, *cuidados* e *esteio*. As quatro categorias surgiram para os dois conceitos.

Finanças reuniu unidades de significado relacionadas à provedoria financeira e ao acesso a bens e serviços.

Decisões envolveu a prioridade que o sujeito atribuía à personagem da cena familiar reconhecida como *chefe* ou como *principal responsável* em relação à tomada de decisões.

Cuidados envolveu unidades de significado relacionadas às tarefas de cuidado com as pessoas e com a moradia.

Esteio agrupou unidades de significado que faziam referência à centralidade da personagem identificada, em qualquer das duas denominações, na dinâmica familiar.

As quatro categorias de análise apareceram para as duas definições estudadas. A concentração de unidades de significado em cada categoria, porém, foi distinta para cada uma delas. Na tabela 1 isso pode ser examinado. As categorias estão ordenadas, para cada definição, segundo a concentração de unidades de significado em cada uma delas, de maior a menor. Em cada célula da tabela estão inseridos alguns exemplos das unidades ali agrupadas.

Para a questão onde se solicitava a indicação de quem deveria exercer aqueles papéis as respostas oscilaram entre “ambos”, “qualquer deles”, “todas da casa” ou o “compartilhamento das tarefas”. Elegeu-se o termo “compartilhamento” para identificar a categoria onde se reuniram as respostas que indicavam que mais de uma pessoa deveria ter a função em estudo.

Tanto homens quanto mulheres foram indicados como sendo as pessoas a quem caberia o papel (com qualquer das denominações), nas situações em que apenas uma das personagens familiares era escolhida. Não houve predominância de qualquer dos sexos nestes casos.

Em resumo, para o grupo de pessoas entrevistadas parece possível constatar que:

- as principais tarefas que caracterizam qualquer das formas de representar este papel permanecem as mesmas, seja qual for sua denominação;

- o caráter provisional, o papel de provedoria, fica mais destacado com o uso do termo *Chefe de Família*;

- as funções de cuidado, zelo e articulação do grupo se tornam mais evidentes na definição de *Principal Responsável*;

- o exercício das tarefas empregadas para descrever cada uma das funções poderia ser distribuído entre várias pessoas da casa ou entre todas, segundo quem respondia às entrevistas;

- o grupo estudado não distingue mulheres e homens no que concerne ao exercício destes papéis.

**Tabela 1. Distribuição das categorias de análise, com exemplos de unidades de significado, segundo seu emprego para descrever
Chefe de Família ou Principal Responsável**

CHEFE DE FAMÍLIA	PRINCIPAL RESPONSÁVEL
<p>Finanças:</p> <ul style="list-style-type: none"> - trabalhar e sustentar a família. -figura à qual compete toda a responsabilidade material. - é o provedor financeiro - quem controla os ganhos. 	<p>Cuidados:</p> <ul style="list-style-type: none"> -É aquele que tem a responsabilidade de educar, -cuida a casa, os filhos e o companheiro. - Quem cuida da família -Pessoa envolvida nas rotinas e funcionamento da família.
<p>Decisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - decisão, caminho para a família seguir; - que também conduz as decisões - aquele que organiza as questões necessárias - administração da casa; - aquela pessoa que dá o rumo, - alguém que decide alguma coisa - expressão que sugere poder, comando, “última palavra”. 	<p>Esteio:</p> <ul style="list-style-type: none"> - é o principal, enquanto ele estiver dentro de casa ele é o responsável. - alicerce. Base para os filhos serem alguém - está presente em tudo e a todo o momento. - Inspirar respeito e confiança aos familiares. - é aquele que possui mais responsabilidades, que se envolve mais,
<p>Cuidados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - responsável pela família, cuidador. - aquele que orienta, - contribui p/ harmonia, -se responsabiliza, cuida, zela pela família. Dá proteção, estrutura para a família. futuro dos filhos. 	<p>Finanças:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Encarregado de zelar pela estabilidade financeira da família - seu salário ou rendimentos é maior - Ser o principal responsável para prover as necessidades materiais. e tem maior participação financeira. - É o provedor financeiro.
<p>Esteio:</p> <ul style="list-style-type: none"> - respondem pelas atitudes e filosofia da família - coordenação, - Inspirar respeito e confiança - é o líder - o esteio da casa, a referência da família. 	<p>Decisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quem assume decisões e condutas para o bem-estar da família - é o membro que toma as decisões - como atribuição de poder - coordena as coisas, que toma as decisões, enfim, aquele que faz mais.

Ordenada segundo a concentração de unidades de significado, de maior a menor

Discussão

A mudança de concepção dos papéis familiares parece consolidada. A alteração do termo pelo IBGE parece encontrar ressonância no grupo estudado, já não podendo ser usados como sinônimos, chefia e responsabilidade.

O Brasil passou de 18,1 % de domicílios sob a responsabilidade de mulheres em 1991, apesar da norma constitucional, para 24,9 % em 2000. Em 2000, no entanto, estimava-se que 17,1 % dos domicílios brasileiros fossem habitados por mulheres com filhos e filhas e sem cônjuges (IBGE, 2001). Eram, portanto, poucos os domicílios onde a responsabilidade principal era atribuída a uma mulher estando algum homem presente. Seriam apenas 7,8 % os domicílios brasileiros nos quais a responsabilidade principal fosse exercida por mulheres adultas, residentes de unidades domiciliares comuns a elas e a homens adultos, fosse qual fosse sua relação vincular.

A discrepância entre os dados quantitativos do censo e os dados qualitativos deste estudo, que sugerem uma tendência de pessoas do senso comum a identificar tanto homens quanto mulheres como responsáveis pelos domicílios, podem derivar da própria diferença amostral ou de outros fatores. A amostra deste estudo não é representativa da população do país, a do Censo sim. É possível que a realidade explicitada por pessoas tomadas ao acaso em Porto Alegre não combine com o que expressariam pessoas de outras regiões. Outro fator de distanciamento entre os estudos é o método de busca da informação, que no Censo é direta e objetiva e, neste estudo, dá-se através de uma questão aberta, com estímulo à fala do sujeito. Os dados estatísticos, de qualquer modo, não parecem acompanhar as falas dos sujeitos entrevistados por nós, em sua maioria, mulheres. A equipe de coleta de dados deste estudo não representava o Estado, o poder público constituído, como a equipe do Censo representa.

As mulheres, mesmo podendo entender que o papel de *principal responsável* possa ser tanto do homem, quanto seu, diante das entrevistas do Censo Brasileiro, talvez tendam a indicar um homem ou se submetam à indicação de um homem como o ocupante deste lugar na cena familiar. Considere-se, ainda, a possibilidade de algumas mulheres não se autorizarem a responder a pesquisa censitária, mesmo exercendo maior grau de responsabilidade nos domicílios.

Uma outra hipótese que poderia ser discutida a partir destes dados é a idéia de que o construto *responsabilidade familiar* está em plena transformação, assim como as próprias configurações familiares. As pessoas aqui entrevistadas parecem ter sugerido uma nova abordagem, a que prevê a responsabilidade compartilhada.

A inclusão destas perspectivas implicaria em outras transformações no instrumento censitário. Talvez se pudesse explicitar a pesquisa por pessoas responsáveis pelo domicílio, no plural. Ainda seria possível avançar mais. Poderíamos pensar formas do instrumento censitário prever, além do compartilhamento efetivo de responsabilidades, as uniões entre pessoas do mesmo sexo e as uniões conjugais de domicílios múltiplos.

Vivemos em uma sociedade de contratos e o contrato sexual, o modelo implícito às relações e que estabelece funções e poderes específicos para homens e mulheres nas cenas familiar e social (Pateman, 2003), também pode ser revisto.

Poderíamos pensar, concordando com Adelman (2003), que, apesar da já longa história dos movimentos feministas, apesar da aparente penetração da perspectiva feminista, as mudanças no plano concreto, em alguns setores sofrem enorme resistência e se lentificam. As lutas feministas, no Brasil, se iniciam em meados do século XIX (Rago, 2001) e já ganham pequenos espaços em mídia no início do século XX. O feminismo, porém, é reconhecido

como movimento social apenas no final da década de 60 (Meneghel et al., 2005). A perspectiva conservadora, que retarda a implantação de perspectivas igualitárias nos mais diversos campos da atividade humana, manifesta-se aqui também.

A família, habitualmente, acaba por se posicionar de modo conservador diante dos processos sociais, dadas suas atribuições de proteção das proles e de preparação das mesmas para o convívio no meio social (Minuchin, 1982). Isso termina por torná-la antes uma reprodutora do que uma criadora de práticas. Rago (2001) cita campos de resistência ao reconhecimento do feminismo como um movimento social determinante de transformações que qualificaram a vida e as relações entre os seres humanos. As famílias e, neste caso específico, a responsabilidade familiar, podem estar sendo mais um destes redutos de resistência e misoginia.

A oficialização do direito das mulheres ao voto foi importante para que as meninas e as mulheres entendessem e aprendessem a importância de ter direitos políticos. Assim também, o caráter oficial da busca de informações no Censo Brasileiro pode contribuir para promover ou para retardar a equalização das relações de gênero nos grupos familiares.

O modo como as famílias lidam, pensam e operam com as representações de masculino e de feminino conta muito para a afirmação das lutas feministas. Contam também para questões ainda mais sensíveis, como a reprodução da violência doméstica, por exemplo (Strey, 2006).

Meneghel et al. (2005) afirmam que os grupos são uma boa estratégia de afirmação e resistência das mulheres aos esforços de opressão, coerção e violência sofridos no cotidiano. As famílias podem ser espaços grupais de reprodução da violência ou de reafirmação, reconhecimento e preparação para os esforços de luta contra estes males. Isso depende, em parte, de como posicionamos os conceitos e o exercício de papéis nos domicílios. Depende, também, de deixarmos de tratar os arranjos conjugais apenas como questões privadas.

Cosiderações finais

A transformação já realizada no instrumento censitário parece coincidir, em parte, com a perspectiva das pessoas entrevistadas. Transformações ainda mais abrangentes são sugeridas, como a possibilidade de registro oficial do compartilhamento de responsabilidades nos domicílios brasileiros.

Recomenda-se que este aspecto dos estudos censitários seja revisado, também, sob a perspectiva de gênero e que o efeito do emprego de termos e expressões que traduzam posturas igualitárias seja mais fortemente considerado por equipes de trabalho de todas as áreas: saúde, educação, políticas sociais, segurança, e tantas outras.

Mais estudos e estudos com amostras maiores e, eventualmente, representativas de populações específicas poderiam contribuir para a ampliação deste debate.

Referências:

ADELMAN, Miriam. Das margens ao centro: refletindo sobre a teoria feminista e a sociologia acadêmica. Florianópolis: *Rev. Est. Fem.* 11(1): 284-288 2003

- ANDOLFI, Maurizio et al. *A Crise do Casal - Uma Perspectiva Sistêmico-relacional*. Porto Alegre. Editora Artmed. 2002
- AQUINO, Estela; MENEZES, Greice; AMOEDO, Marúcia. Gênero e Saúde no Brasil: considerações a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. *Rev. Saúde Públ*, (1992). 26(3):195-202.
- BARBOZA, Carolina Zambom et al. *A Influência das Possibilidades de Respostas em questionários na interpretação de fatos sociais*. Porto Alegre. IV Salão de Iniciação Científica. 2003
- BRUN, Gládis. Reflexões Para um Terapeuta de Casal. *Nova Perspectiva Sistêmica*, VIII(13):49-56. 1999.
- BUCHER, Júlia. O casal e a família sob novas formas de interação. In FÈRES-CARNEIRO, T. (org.) *Casal e Família - entre a tradição e a transformação*. Rio de Janeiro. NAU Editora, 1999.
- CALLEGARI-JAQUES, Sídia. *Bioestatística Princípios e Aplicações*. Artmed. Porto Alegre, 2003.
- CARTER, Beth; MCGOLDRICK, Monica *As Mudanças no Ciclo da Vida Familiar*. Porto Alegre. Ed. Artes Médicas, 1995.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro. Editora Objetiva, 2001.
- FÈRES-CARNEIRO, Teresinha. (org.). *Casal e Família - entre a tradição e a transformação*. Rio de Janeiro. NAU Editora, 1999.
- GRZYBOWSKI, Luciana. Famílias Monoparentais. Mulheres divorciadas chefes de família. In: Wagner, Adriana. (org.). *Família em Cena, Tramas, Dramas e Transformações*. Petrópolis. Editora Vozes. 2002
- ___ Famílias Monoparentais: Reflexo da Pós-Modernidade? In GUARESCHI, P.A. e colaboradores. *Psicologia em Questão. Reflexões sobre a contemporaneidade*. EDIPUCRS. Porto Alegre, 2003.
- HORTA, Rogério Lessa. *Paternidade, Esquizofrenia e Gênero: Um Estudo de Base Fenomenológica*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre. PUCRS. 1998
- _____. Seria possível combinarmos que vamos ter prazer? In Strey, Marlene Neves (org.) *Construções e Perspectivas em Gênero*. São Leopoldo. Editora Unisinos. 2000
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais 2000*. Rio de Janeiro: IBGE. 2001
- _____. *Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil - 2000*. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e socioeconômica 8. Rio de Janeiro: IBGE 2002.
- KOHN, Kelly Cristina et al. *Chefia X Responsabilidade: uma abordagem qualitativa dos termos empregados pelo IBGE*. Porto Alegre. IV Salão de Iniciação Científica. 2003
- MINUCHIN, Salvador. *Famílias Funcionamento e Tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1982
- PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1993

PRIETSCH, Fernanda Loureiro et al. *A visão de chefia e responsabilidade segundo casais*. Porto Alegre. XII Encontro Nacional da ABRAPSO. 2003

RAGO, Maragareth. Feminizar é preciso – por uma cultura filógina. São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*: 15(3):58-55. 2001

STREY, Marlene Neves. *Família e Pedagogia da Violência*. Porto Alegre: *Pensando Famílias* vol 10(1):117-132. 2006

WAGNER, Adriana. Possibilidades e potencialidades da família. A construção de novos arranjos a partir do recasamento. In WAGNER, Adriana (org.). *Família em Cena, Tramas, Dramas e Transformações*. Petrópolis: Editora Vozes. 2002